

## CONSULTA PÚBLICA

**Operador:** RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA.

**Instalação:** Unidade de Produção de Lamego (Aterro de Resíduos Não Perigosos de Bigorne).

**Localização:** Lugar de Bigorne, freguesia de Bigorne e concelho da Lamego.

**Entidade Coordenadora:** CCDR-N - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

**Enquadramento:** Decreto-Lei n.º 75/2015, de 11 de maio – Licenciamento Único de Ambiente

Encontra-se a decorrer o procedimento de Licenciamento Único de Ambiente, da instalação acima identifica, abrangida pela categoria 5.4 do anexo I do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto, e Declaração de Retificação n.º 45-A/2013, de 29 de outubro (REI), pelo Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto (Diploma Aterros) e pelo Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho (Regime Geral de Gestão de Resíduos).

A CCDR-N, enquanto Autoridade Coordenadora do Licenciamento informa que a Autoridade Competente para a tomada de decisão sobre o pedido de licenciamento ambiental é a Agência Portuguesa do Ambiente, pelo que, em cumprimento do artigo 39º do Diploma REI, se informa que os elementos constantes do pedido de licenciamento se encontram disponíveis para consulta pública, durante **20 dias úteis, de 18 de outubro de 2018 a 15 de novembro de 2018**, no portal Participa (<http://participa.pt>).

No âmbito do procedimento de Consulta Pública serão apreciadas e consideradas todas as observações e sugestões apresentadas por escrito, desde que relacionadas especificamente com o estabelecimento em avaliação.

Todas as exposições poderão ser apresentadas diretamente no **Portal Participa** ou ser enviadas para a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., por carta para a Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal, Apartado 7585, 2610-124 Amadora ou para o e-mail [geral@apambiente.pt](mailto:geral@apambiente.pt), dirigidas ao Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., até à data do termo da Consulta Pública.

Porto, outubro de 2018

A Diretora de Serviços do Ambiente,



Paula Pinto